



Diário Oficial do Poder Legislativo

Home Page: www.aleac.ac.gov.br

3^a Sessão Legislativa
da 11^a Legislatura

ANO XLIII

RIO BRANCO - AC, 13 DE SETEMBRO DE 2005

N.º 3454

MESA DIRETORA

SÉRGIO OLIVEIRA
Presidente

RONALD POLANCO
1º Secretário

MOISÉS DINIZ
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

DINHA CARVALHO
2º Vice- Presidenta

FRANCISCO VIGA
3º Secretário

DELORGEM CAMPOS
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Juarez Leitão

BPM - Elson Santiago

BSC - José Luis

PL - Hélio Lopes

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Luiz Gonzaga

PFL - José Vieira

PP - José Bestene

PDT- Luiz Calixto

PPS - Tarcísio Medeiros

PTB - Roberto Filho

Líder do Governo - Edvaldo Magalhães

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Fernando Melo, Juarez Leitão, Nalu Gouveia, Pe. Valmir Figueiredo e Ronald Polanco.

BPM - Edvaldo Magalhães, Elson Santiago, Moisés Diniz e Sérgio Oliveira.

BSC - Delorgem Campos, Francisco Viga e José Luís.

PL - Hélio Lopes e Dinha Carvalho.

PMDB - Antônia Sales e Chagas Romão.

PSDB - Luiz Gonzaga e Helder Paiva.

PFL - José Vieira e Nogueira Lima.

PP - José Bestene.

PDT- Luiz Calixto.

PTB - Roberto Filho.

PPS - Tarcísio Medeiros.

61ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA

Realizada em 13 de setembro de 2005

Presidência: Deputados HELDER PAIVA e RONALD POLANCO

Secretaria: Deputado NOGUEIRA LIMA

PRESENTES: Deputados FERNANDO MELO, JUAREZ LEITÃO, RONALD POLANCO do PT; ELSON SANTIAGO, MOISÉS DINIZ, SÉRGIO OLIVEIRA do BPM; FRANCISCO VIGA, JOSÉ LUIS do BSC; HELDER PAIVA do PSDB; DINHA CARVALHO, HÉLIO LOPES do PL; LUIZ CALIXTO do PDT; JOSÉ VIEIRA, NOGUEIRA LIMA do PFL; JOSÉ BESTENE do PP; TARCÍSIO MEDEIROS do PPS.

AUSENTES: Deputados NALUH GOUVEIA, Pe. VALMIR FIGUEREDO do PT; EDVALDO MAGALHÃES do BPM; DELORGEM CAMPOS do BSC; ANTONIA SALES, CHAGAS ROMÃO do PMDB; LUIZ GONZAGA do PSDB; ROBERTO FILHO do PTB.

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicitamos ao Senhor Secretário proceder à leitura do Expediente.

Expediente

Ofício Circular n. 12/Gab/2005, do Secretário de Estado da SEMA e Presidente do IMAC, Carlos Edgard de Deus, informando que o Governo do Estado do Acre, através da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Naturais-SEMA e Instituto do Meio Ambiente do Acre – IMAC, em ação compartilhada com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e a Secretaria Municipal de Meio ambiente da Prefeitura de rio Branco – SEMEIA, vem realizando ações, a fim de evitar a degradação da qualidade ambiental e a recuperação de nascentes dos rios do Estado e, diante do exposto, convidando o Presidente desta Casa a participar da consulta Pública para Criação da Unidade de Conservação “Lago do Amapá”, que acontecerá no dia 5 de setembro de 2005, das 8h e 30 min às 12h, na Escola Estadual Ruy Azevedo, localizada na Estrada do Amapá Km 5, Ramal do Gurjel, Km 1, nesta cidade;

GABJU/OF/CIRC. N. 292/2005, da Juíza de Direito Substituta da Vara de Delitos Tóxicos e Acidentes de Trânsito da Comarca de rio Branco, Maha Kouzi Manasfi e Manasfi, solicitando providências no sentido de que o Estado, através da Defensoria Pública, preste Assistência Judiciária aos necessitados, a contento, pois o número reduzido de membros da referida instituição acarreta retardamento na prestação jurisdicional;

Ofício n. 498/PGE/GAB/2005, do Procurador-Geral do Estado, Edson Américo Manchini, devolvendo o Senhor Raimundo Mendonça de Barros Neto, servidor deste Poder, que se encontrava prestando serviço junto aquela Procuradoria Geral do Estado;

OF. GAPRE n. 1.235/2005, do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, Desembargador Samoel Evangelista, em atenção ao Requerimento n. 127/2005;

Ofício n. 27/GBDEM/2005, do Chefe de Gabinete do Deputado Edvaldo Magalhães, João Paulo Sampaio de Almeida, comunicando que o referido Deputado encontra-se em Cruzeiro do Sul, razão pela qual não poderá participar da Sessão do dia 13/09/2005;

Ofício n. 182/2005/SAFIS/DRF/RBO/AC, da Delegada da Receita Federal do Brasil em rio Branco – AC, Rosane Faria de Oliveira Esteves, solicitando atendimento ao pedido de informações encaminhado pelo Ofício/GAB/DRF/RBO/AC n. 97/2005, de 17/3/2005, e reiterado por meio do Ofício n. 19/2005/GAB/DRG/RBO/AC, de 25/07/2005;

OF/GAB/n. 187/05, do Secretário Adjunto de Saúde do Alto Juruá, Gerce Câmara, solicitando a permanência, naquela cidade de Cruzeiro do Sul-AC, do Urologista Dr. João Luiz Angelim, médico do quadro permanente desta Casa Legislativa, ora à disposição do Hospital Gerald e Cruzeiro do Sul;

Indicação n. 113/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Obras Públicas, Secretaria de Educação e Fundação Elias Mansour – FEM, a construção e instalação de uma Biblioteca Pública, no Distrito de Campinas, jurisdição do Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 114/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Agricultura e Produção – SEAP e Secretaria de Obras Públicas – SEOP, a construção de um Mercado para comercialização de Produtos Agrícolas – Feira dos colonos, no Distrito de Campinas, jurisdição do Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 115/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Obras Públicas – SEOP e Secretaria de Educação, a construção e instalação de uma Escola Infantil – tipo creche para crianças na faixa etária de 3 a 5 anos, no Distrito de Campinas, jurisdição do Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 116/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Obras Públicas – SEOP e Secretaria de Educação, a construção e instalação de uma Escola de Ensino Fundamental – para ensino de 1ª a 8ª Série e para atender o Programa de Jovens e Adultos – EJA, no Distrito de Campinas, jurisdição do Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 117/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Obras Públicas – SEOP e Departamento de Estradas e Rodagens do Acre – Deracre, a construção e instalação de uma Rodoviária para Transporte de Cargas e Passageiros, no Distrito de Campinas, jurisdição do Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 118/2005, de autoria do Deputado Helder Paiva, solicitando ao Departamento Estadual de Trânsito – Detran e Ciatran, a aquisição e instalação com infra-estrutura para funcionamento na 8ª Ciretran, de um local para estacionamento de veículos apreendidos e para vistoria no Município de Plácido de Castro;

Indicação n. 119/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Dinha Carvalho, solicitando a Secretaria de Saúde do Estado do Acre – Sessacre, o fornecimento dos materiais necessários para o Laboratório de Análise e Diagnóstico do Centro de Saúde Dr. Félix Bestene Neto no Município de Xapuri;

Indicação n. 120/2005, de autoria do deputado Helder Paiva, solicitando a Secretaria de Saúde e ao Departamento Penitenciária, a realização de uma vistoria, concluindo com relatório técnico nas instalações médico-hospitalar e cisternas dos complexos Penitenciários Francisco de Oliveira Conde e Amaro Alves;

Projeto de Lei n. 91/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, que “Cria o programa “Vida Nova à Mulher Mastectomizada” e dá outras providências”;

Projeto de Lei n. 92/2005, acompanhado de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, que “Institui a distribuição gratuita de medicamentos de controle a pacientes portadores de CA, no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde do Acre”;

Projeto de Lei n. 93/2005, acompanhada de justificativa, de autoria da Deputada Antonia Sales, que “Fica proibida a compra de passagens aéreas pelos Poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências”;

Moção de Aplauso n. 19/2005, de autoria do deputado Helder Paiva, o qual manifesta “Moção de Aplauso ao Comando da Polícia Militar – PMAC, pela formação da 4ª Turma Proerd/PMAC/Plácido de Castro”;

Moção de Aplauso n. 20/2005, de autoria do deputado Helder Paiva, o qual manifesta “Moção de Aplauso as Secretarias Extraordinárias dos Esportes e de Educação, pela realização dos Jogos Escolares, envolvendo mais de 10 mil jovens das escolas públicas e particulares do Estado do Acre”.

Pequeno Expediente

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros no Salão do Povo, é um prazer estarmos voltando à tribuna, depois de um longo período sem que pudéssemos nos expressar por falta de quorum, por falta de membros da Mesa Diretora para coordenar a sessão. Tomara que hoje, possamos votar os Requerimentos que estão se acumulando aqui na Casa. Algumas matérias foram propostas a semana atrasada, como é o caso de um Requerimento meu, através do qual estou solicitando algumas prestações de contas do Governo do Estado, relacionadas às obras que estão sendo feitas. Eu gostaria que todos os Requerimentos que foram apresentados e lidos há pouco, fossem votados e que esta Casa voltasse ao seu ritmo normal.

Há aproximadamente três meses eu entrei no PFL e em seguida nós movemos uma ação no Ministério Público a respeito da

denúncia que o jornal A Folha de São Paulo havia feito a respeito da mídia no nosso Estado. Quando fomos entregar aquele documento soubemos que aquela denúncia, já havia sido feita há vários anos. Desde 2001, época da licitação feita pelo Elói de Castro, já existe essa denúncia, mas estava parada. Inclusive o Deputado Luiz Calixto também denunciou, porém o MP ainda não havia solicitado que fosse investigado. Mas o PFL teve a felicidade de, naquele momento, entrar com aquele pedido, quando foram designados dois Promotores para acompanhar aquele caso: o Dr. Danilo Lovisaro e a Dra. Alessandra Marques.

Algumas vezes já nos pronunciamos aqui, pedindo que o Ministério Público nos repassasse dados sobre alguma investigação que estava sendo feita e dia seis deste mês nós tivemos o prazer de ler no Diário Oficial que os dois Promotores haviam encontrado alguma irregularidade e que aquelas denúncias eram procedentes e que justificam algum ato da Justiça para que o Governo do Estado se explicasse sobre aqueles 14 aditivos anteriores e o 15º que foi publicado recentemente, no qual os Promotores encontraram 10 itens irregulares.

Nós estivemos no MP e o Dr. Danilo Lovisaro nos disse que realmente todas as denúncias tinham fundamento e que eles determinaram que o Governo do Estado cancelasse os aditivos o mais rápido possível. Está aqui a cópia da recomendação feita pelo MP, que deu o prazo de cinco dias para a Secretaria de Comunicação se justificar.

Na oportunidade eu perguntei ao Dr. Danilo o que aconteceria se por acaso o Governo não se pronunciasse. Ele me respondeu que o MP continuaria com o processo e entraria com uma ação, para que o Judiciário tomasse as providências. Ele me disse: Deputado, nós fazemos o nosso papel, ou seja, investigamos. Agora o processo vai para o Procurador Chefe. Eu pediria então ao Procurador Chefe que realmente prosseguisse com o caso, porque isso é problema do Ministério Público: se faz tudo, quando chega no Procurador Chefe, ele não encaminha. Os Procuradores não têm culpa.

Eu vi a entrevista do Secretário de Comunicação, ontem, dizendo que não vão cumprir as recomendações do MP, mas espero que o Procurador da Justiça, que assumiu recentemente, Dr. Edmar Monteiro, encaminhe o processo para que o Judiciário tome as devidas providências.

O Governador disse que vai cancelar os contratos e fazer outra licitação e como há dez Deputados presentes hoje, vou apresentar um Requerimento pedindo que o Senhor Aníbal Diniz venha aqui prestar esclarecimentos e trazer todas as notas fiscais, para que nós possamos saber para onde foi esse dinheiro.

(Sem revisão do orador)

Deputado JUAREZ LEITÃO (Líder do PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Dinha, quero registrar minha ausência na semana passada, pois aproveitei o feriado para verificar “in loco” a questão da estiagem no interior do Estado. No trecho que liga Manoel Urbano, o qual eu conheço bastante, eu nunca tinha visto uma situação como aquela. Existe comunidade que está buscando água em locais distantes.

Quando eu era menino ouvia falar que no Ceará a pessoa ia buscar água à várias léguas de distância. Hoje, a região Amazônica, vive um clima de sertão. Lembro que por muitos anos foi discutida, nos movimentos ambientalistas e sociais, a forma de desmatamento e derrubadas no nosso Estado. Com esta estiagem, hoje, estamos colhendo os frutos desta política mal feita.

Quero falar de um assunto que já foi levantado pelo Deputado Nogueira Lima, o qual falou das licitações e aditivos das verbas para mídia no Estado, que vêm sendo debatido há muito tempo, inclusive, um dia desses eu fui procurado por alguns setores da Imprensa que diziam que havia verba no orçamento para esses atos, e inclusive foi aprovado por esta Casa.

O Secretário de Comunicação, hoje, está apresentando um ofício ao Ministério Público dando explicações a respeito desses questionamentos, alegando que o período dos aditivos é longo, porém se tem alguma coisa de questionamento é técnico. O papel da Oposição é questionar. Porém, cabe ao Ministério Público discutir e investigar quando se trata de dinheiro público.

Eu conversei com o Secretário de Comunicação e ele está tranquilo, inclusive está apresentando um documento que torna público a sua versão para essa questão. Eu acho que nunca aconteceu, de nossa parte, pedir que o Ministério Público entrasse no processo.

Espero que do mesmo jeito que a Oposição está cobrando, o Ministério Público faça as devidas investigações e preste os esclarecimentos necessários a nossa sociedade.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**HELDER PAIVA**) – Registrarmos a presença do ex-Deputado e ex-Governador do Estado, Romildo Magalhães, que está retornando ao nosso Estado, após tratamento de saúde e está visitando esta Casa. Seja bem-vindo.

Deputado LUIZ CALIXTO (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, muitas vezes vemos os companheiros da bancada governista, sendo colocados em situações vexatórias. Inclusive, convocamos o Secretário de Comunicação Aníbal Diniz, para nesta Assembléa prestar esclarecimentos sobre este mar de lama que afoga a questão da mídia no Estado do Acre, que juntando Valério com Aníbal, dá Anibaldo; mas este ainda não compareceu a esta Casa, submete este Poder a uma verdadeira humilhação e um desrespeito a nós Deputados, até porque aqui a maioria é governista. Então, ele não vem e ainda manda um ofício datado de 13 de setembro, pelo seu porta-voz o Senhor Oly, justificando aquilo que não tem explicação e que muito menos tem justificativa. Ele poderia ter feito essa explicação pessoalmente, mas não tem coragem, porque não tem razão.

Portanto, se eu pudesse fazer um pedido aos meus queridos Deputados da bancada governista, diria: peçam a demissão do Aníbal Diniz, porque eu não aceito a sua recusa de vir aqui, já que foi convocado para prestar esclarecimento e com certeza irá dizer em sua defesa, ao Ministério Público Estadual que o contrato que já estava sendo praticado há cinco anos, tinha um erro de digitação, Deputado Tarcísio. Isso parece brincadeira! Porque o Governador foi lá no Canal Livre e mentiu, dizendo que tinha acatado a decisão do Ministério Público Estadual, justificando na minuta que acompanhou o edital, que foi um erro de digitação. Isso é brincadeira! Não submeta os valorosos Deputados Governistas a esse papel.

Então, o Senhor Aníbal Diniz deveria vir aqui e se explicar. Da nossa parte o nobre colega será recebido com toda fidalguia. Inclusive, estão dizendo, que não vão tornar nulo o contrato porque o descumprimento do ato administrativo poderá causar efeitos maléficos para muitos. Talvez para ele. Porque para a sociedade não vai. Pois, nós exigiremos que esse dinheiro seja resarcido. É o sermão do bom ladrão: “Só tem perdão, com a devolução”.

Senhores Deputados, a bancada Governista está dizendo que a prorrogação, que era para 10 meses, foi feita em acordo com as partes interessadas, e está subentendido como se a população acreana fosse obrigada a isso. Nós não somos obrigados a subentender nada Governador, nós somos obrigados a entender uma administração que se diz transparente e que não dependa da boa interpretação das pessoas.

Mas, a Frente Popular, meu querido Deputado Tarcísio Medeiros, saiu com essa pérola: “não há ilegalidade a serem cessadas”, contrariando o Governador, que admitiu que em sua administração não se pode falar em ilegalidades e sim em irregularidades. Então, nós vamos ter que subentender também, que as irregularidades apontadas pelo Ministério Público Estadual, não podem se transformar em ilegalidades.

Estamos percebendo que o cerco está se fechando e as pessoas estão perdendo o medo. Inclusive, já não tem tanto medo da perseguição, porque hoje o Diário Oficial, publicou uma outra Portaria de nº 08/2005, exatamente instaurando um outro procedimento, por um outro Promotor para investigar essa imoralidade na mídia. E o primeiro, se V. Exa. me permite, diz o seguinte: “Considerando que há muito não se vê instauração de Processo Licitatório para contratação de empresa para o fim de vinculação atos praticados pelo Governo do Estado”. Isso quer dizer que o próprio Ministério Público Estadual, já subentendeu que não pode ficar a mercê de um Governo que o submete à humilhação. Todavia, eu mesmo, na propaganda eleitoral, do meu partido, estou afirmado que esta omissão está facilitando a corrupção.

(Sem revisão do orador)

Deputado RONALD POLANCO (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputada Dinha, vim aqui fazer um relato da viagem que fizemos a Maldonado; lá, havia muitos empresários e representantes dos setores produtivos. Eu acho que poucas vezes a região Norte foi vista de forma como está sendo agora. E nós temos dado atenção a isso. Então, eu acho que se nós não aprofundarmos essa discussão vamos ficar sempre discutindo os limites da burocracia que herdamos de Portugal, ou seja, temos capacidade de nos destruir internamente e findamos não tendo a capacidade de enxergar as poucas oportunidades que temos de melhorar as condições do nosso povo.

Outro dia, eu vi pela televisão uma exposição do encontro que estava havendo na Guatemala sobre os Países atrasados e todos eles,

apesar do esforço que os Governos fazem para reduzir a pobreza, oferecendo ao povo renda de forma direta, não conseguiram diminuir esses índices. Então, o desenvolvimento econômico, social e todas as outras variáveis, são muito importantes para amenizarmos de vez com a pobreza.

Se há uma denúncia nos concentramos nela, quando na realidade nós temos instituições como o Ministério Público e a Polícia Federal que podem investigar profundamente e verificar o que aconteceu neste País em relação ao problema da corrupção. Temos que superar esse problema, mas também nós precisamos enxergar o futuro, porque daqui a três anos será concluída a estrada do Pacífico. E quais são os esforços que em nível local nós estamos fazendo? Nós estamos discutindo quais são as barreiras que emperram o nosso avanço comercial com esses Países ou com outros? Avançamos muito pouco.

Deputado Fernando Melo, eu acho que a agenda do Parlamento que V. Exa. propõe, deveria ser colocada de forma ampla e urgentemente para discutirmos os problemas do Estado e não deste ou daquele governo, desta ou daquela Secretaria, deste ou daquele segmento. A infra-estrutura que está sendo colocada as condições tributárias e financeiras deste Estado permitem dar um passo a frente no nosso desenvolvimento. Que desenvolvimento é esse? Para quem é esse desenvolvimento? Quais setores serão fortalecidos? Nós precisamos discutir isso, senão cairemos na agenda, que eu acho que os países que nos sugam querem sempre que nós fiquemos discutindo as picuinhas, as coisas pequenas e não fortalecendo as instituições, deixando-as que façam as investigações. Nós sempre chegamos a um consenso de que as leis são para proteger os de cima, e não avançamos no sentido de ampliá-las para todos. Então para isso, nós temos que fortalecer as instituições republicanas.

Eu acho que o Ministério Público Estadual tem que investigar o que está sendo discutido aqui, assim como nós que estamos nesta Casa temos que pensar o futuro deste Estado; mas hoje eu não vou cair no detalhe de discutir essa questão da mídia. Eu acho que isso está tão avançado e a exigência do Ministério Público foi tão forte esses dias, que neste momento o que mais nós precisamos é fortalecer a iniciativa dele, Deputado Juarez, e dar cada vez mais poderes, para que ele investigue tudo e todos. Não podemos esconder nada! Essa é a nossa posição, Senhor Presidente.

Deputado Fernando Melo, eu não quero tomar a sua iniciativa, mas nos próximos dias, o Poder Legislativo estará a todo vapor apoiando-lhe.

(Sem revisão do orador)

Grande Expediente

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, companheiros da Imprensa, quero aqui registrar a presença do ex-Governador Romildo Magalhães, e dizer-lhe para que sinta-se a vontade.

Senhor Presidente, me causa estranheza ouvir o Deputado Ronald Polanco, meu amigo, Secretário da Mesa falar que é detalhezinho. Futuro membro do Tribunal de Contas, não menos, futuro Presidente com o nosso apoio vai para o TCE e para vocês terem uma idéia, acho que é um detalhezinho Deputados Luiz Calixto e Nogueira Lima, três, cinco milhões, é um pequeno detalhe, onde poderia Deputado, meu amigo Ronald Polanco resolver vários problemas, principalmente dos seringueiros na sua região com trinta e cinco milhões.

O Congresso Nacional há 120 dias Senhores Deputados não têm pauta nenhuma, e têm uma pauta que é mais importante que é investigar as irregularidades do PT, do PL e de outros partidos que o acompanham, 120 dias Deputado Juarez Leitão líder do PT, aqui na Casa nós temos que trazer outra pauta, porque uma denúncia de trinta e cinco milhões é detalhezinho, é mixaria eu não sei se é porque eu não tenho dinheiro, mas para mim eu com trinta e cinco milhões seria um homem bilionário, e ainda resolveria problemas de muita gente. Deputado Helder Paiva, por exemplo as suas indicações para Campinas nos faríamos todas. As recuperações de ramais quase todas, a recuperação do asfalto, alguns foram feitos pelo ex-Governador Romildo Magalhães. Mas olhe, Deputado Nogueira Lima, V. Exa. disse que o jornal a Folha de São Paulo já tinha denunciado essa irregularidade.

Quem primeiro denunciou isso aqui, fomos nós; V. Excia., Deputado Luiz Calixto, eu e aí depois o Ministério Público constatou que há irregularidade! Que realmente há. Agora não podemos admitir

Deputados é que o Secretário, que eu nem sabia que era Secretário; que é o Aníbal Diniz manda um ofício aqui para os Senhores Deputados, com a sua justificativa.

Que poder tem esse Senhor Presidente? Cadê o papel do Poder Legislativo para convocar esse cidadão para cá. Temos pedido dos Senhores Deputados, aprovado por todo mundo e somos atropelados pela grande maioria aqui da Casa.

O Deputado Nogueira Lima disse que vai reiterar o requerimento Deputado Luiz Calixto, e esse homem vem aqui para dizer que trinta e cinco milhões não vale nada? Agora Deputado Luiz Calixto, o Senhor foi muito feliz, quando disse: “pronto, vamos cancelar esse contrato e devolver o que levaram”. Não vão devolver? Já não basta, Delúbio, Zé Dirceu, Genuíno, Marcos Valério, não sei mais quem, que desviaram milhões, milhões e milhões... e alguns deles, com mandato, renunciaram, para não perder o seu direito político e esse dinheiro não é devolvido para a nação.

O Ministério Público tem que atropelar o seu governador e a sua administração e o Secretário Aníbal Diniz, para que seja devolvido aos cofres públicos, esses 35 milhões, então Deputado Fernando Melo, haverá recuperação dos ramais, a saúde pode melhorar, consertar os aparelhos da Fundação Hospitalar, tapar os buracos da cidade, fornecer água a população carente e das periferias que não estão tendo água nas suas casas, fazer uma barragem lá em Boca do Acre, como foi sugerida pelos Senhores Deputados, para abastecer a cidade, infelizmente nós temos que cobrar do Ministério Público para que aconteça isso.

(Com revisão do orador)

Deputado **FERNANDO MELO** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, pessoas presentes no Salão do Povo, gostaria de cumprimentar o ex-Governador e ex-Deputado Romildo Magalhães, seus filhos aqui presentes, e dizer que seja bem-vindo a esta Casa, após o retorno ao Acre depois de um tratamento feito fora do Estado em decorrência de problemas de saúde. A nossa expectativa é que o senhor esteja gozando de uma plena saúde.

Senhor Presidente, neste Grande Expediente quero relatar sobre visitas que fiz a alguns municípios do Acre. Visitei seis municípios: Cruzeiro do Sul, Porto Valter, Marechal Thaumaturgo, Bujari, Senador Guiomard e Rio Branco, e tenho certeza que vi muitas coisas boas e também situações as quais me preocuparam bastante, principalmente a questão que foi abordada aqui pelo Deputado Juarez Leitão, no que diz respeito a ecologia.

Vi ontem nos telejornais da TV Gazeta, uma pequena reportagem retratando essa situação, citando o Município de Porto Valter. O telejornal registrava uma grande quantidade de queimadas e eu pude verificar, sobrevoando a região do Vale do Juruá, que no Município de Marechal Thaumaturgo, lá na divisa com o Peru, a situação é a mesma. Deparei-me com uma situação preocupante, pois há vários focos de queimadas registrados em todo o Estado do Acre. Isso vem acontecendo todos os anos, mas este ano, ao chegar em Rio Branco vindo de Cruzeiro do Sul, vi que aqui a situação é muito mais grave, o que pode indicar omissão ou falta de estruturação dos órgãos responsáveis pela fiscalização. Isto, Deputado, pode estar acontecendo por causa da falta de água. Como V. Exa. constatou, in loco, em locais onde nunca tínhamos problema de água, em plena floresta, vivemos esse momento triste. Então, essa foi a parte ruim e muito preocupante das minhas visitas. Acho que temos que tomar um posicionamento. Inclusive, sugeri ao Deputado Juarez Leitão e ele acatou a idéia, e convidou também os outros Deputados, para que façamos, amanhã, uma visita ao Estado de Rondônia e ao Projeto SIVAM para ver como está esta situação em toda a região amazônica. Esse órgão que faz o monitoramento da Amazônia, com certeza, pode nos fornecer mais informações no que diz respeito às queimadas e derrubadas no Estado do Acre.

Outro fato importante é com relação ao Município de Porto Valter. O Prefeito falou que as pessoas que vivem numa pequena região, a qual visitamos juntamente com o Senador Sibá Machado, os vereadores e a população talvez não observassem o quanto aquele município vem se estruturando e mudando depois da gestão do atual Prefeito Neuzari. Eu visitei aquele município, durante esses últimos anos, seis vezes e em março do ano passado a situação do município era uma, mas hoje, vejo que o Prefeito, em oito meses de gestão, já consegue apresentar fatos favoráveis e positivos àquela população.

Em Marechal Thaumaturgo já na segunda gestão do Prefeito que dirige aquela pasta, vi também coisas muito boas, com exceção das queimadas, a cidade também está bem estruturada, portanto aqueles

municípios melhoraram muito a qualidade de vida do povo que nele reside.

De volta para Rio Branco, visitei pela manhã, o Prefeito Michel do Município do Bujari e levei a proposta de que o município sirva como laboratório para uma experiência inovadora que inclusive está sendo feita em São Paulo, a qual eu tive a oportunidade de ver a aplicação e que poderá resolver muito a situação dos nossos ramais que já foi bastante citada aqui pelo Deputado Tarcísio Medeiros. O Acre tem mais de cinco mil quilômetros de ramais. É uma situação difícil porque ano a ano todos eles precisam ser refeitos a um custo muito alto.

Eu tomei conhecimento de um produto que inclusive eu quero trazer aqui, chamado ISS. Esse produto já foi aplicado em vários Estados, inclusive, em São Paulo, onde eu tive a oportunidade de ver in loco a aplicação deste material que tem a função de estabilizar o solo e que é usado em muitos locais com resultados positivos. O ISS é um estabilizante derivado do petróleo que não traz prejuízo ao meio ambiente e que tem um custo baixíssimo. Levei essa proposta ao Prefeito Michel, e conversei com um empresário em São Paulo sobre esse assunto. O Prefeito já está fazendo a manutenção, a abertura dos ramais naquele município o que com certeza, seria necessário recuperar no próximo ano. E ele aceitou de pronto levar para o Bujari essa experiência. Então esse produto deve ser testado aqui no Estado do Acre, porque uma coisa é o solo do Estado de São Paulo e outra é o nosso solo. Os técnicos de São Paulo devem vir aqui e com certeza, se o resultado for positivo, talvez tenhamos uma solução permanente para a situação dos nossos ramais que compreendem mais de cinco mil quilômetros, o que dará condições de fazermos um real investimento porque não será necessário no próximo ano refazê-lo. Eu acho que iremos amenizar ou quem sabe resolver a situação de muitas pessoas que moram na zona rural e também na própria zona urbana, nas ruas não pavimentadas.

Desta forma, gostaria de convidar os Deputados para que quando esse técnico viesse ao Município do Bujari, ao Estado do Acre, para que seja feita a ampliação desse produto, nós fôssemos para lá servir de testemunhas para ver se esse material pode ajudar o nosso Estado.

Por último, Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um registro da minha visita ao Município de Senador Guiomard, onde visitei o Prefeito Celso e fiquei muito satisfeito com o que vi lá. Estão sendo realizadas duas obras da Prefeitura, uma delas é a construção de uma escola que está sendo feita com recursos do FUNDEF e que possui oitocentos e cinqüenta metros quadrados, com quatro salas que serão freqüentadas por mais de quatrocentos alunos.

Há muitos anos que o Município de Senador Guiomard não constrói uma escola nova e o Prefeito Celso me falou que essa é a terceira escola construída na sua gestão. Duas já foram inauguradas e agora esta terceira que é bastante ampla, está sendo feita a um custo de menos de duzentos mil reais, um custo bem acessível. Com certeza, outras prefeituras poderão fazer um investimento dessa natureza na educação de seus municípios.

Uma outra obra de destaque que eu gostaria de registrar e os Deputados Tarcísio e Nogueira Lima têm muito interesse, é a construção de uma fábrica de ração. O Município de Senador Guiomard está colocando em funcionamento esta fábrica, cujos equipamentos que foram doados pela Suframa, ainda se encontravam em São Paulo, e o Prefeito Celso, com seu espírito empreendedor, conseguiu liberar esses equipamentos e, nos próximos dias, com certeza, ela será inaugurada. Vamos estar lá inaugurando esta fábrica de ração que pode servir para peixes, gatos e cachorros.

Não consegui fazer um levantamento de quanto isso vai representar na substituição de importação que o nosso comércio, os nossos consumidores fazem com relação ao consumo de ração. Telefonei para o Adem, dono do supermercado Araújo, ele não conseguiu passar os dados a tempo, mas vou trazê-los e eu tenho certeza que esta obra, este investimento feito pelo Município de Senador Guiomard pelo Prefeito Celso, vai ajudar muito a economia do Acre.

Quero parabenizar os Prefeitos Michel e Celso pelas iniciativas e por terem aceitado esse desafio. Se os resultados forem positivos, todos os Municípios do Estado serão beneficiados. Não só os Municípios do Acre, mas os Municípios da Amazônia. Esse é um grande desafio a um baixo custo que com certeza, vai ajudar muito as pessoas que moram na zona rural.

Gostaria também de apresentar um requerimento a esta Casa solicitando que seja aberto espaço na Sessão do dia 27 deste mês, quinta-feira, para que comemoremos, o Dia do idoso. Hoje no Brasil a expectativa de vida é de 70 anos, portanto peço que nesta sessão especial possamos

saber o que está sendo feito no Acre pelas pessoas que estão trabalhando nesta área tão importante que é o auxílio ao idoso.

Citarei agora um assunto que já foi abordado aqui pelos Deputados Polanco e Juarez que diz respeito a questão da Mídia. Com relação a esta questão, eu acho que pela conversa que eu tive com o Aníbal Diniz, o que está se discutindo são duas posições. Tem pessoas que entendem que este contrato deveria ser prorrogado pelo prazo de até sessenta meses e outros acham que não, inclusive, o Ministério Público. Eu acho que o governante, quem administra, tem a garantia de decidir de um jeito ou de outro quando a lei dá margem para isso. Existem dois entendimentos e eu tenho certeza que o Governo do Acre decidiu de forma adequada, usando o seu poder discricionário e nenhum administrador deve abrir mão dele, senão fica impossível administrar.

(Sem revisão do orador)

Deputado **NOGUEIRA LIMA** (PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados gostaria de cumprimentar o amigo ex-Governador Romildo Magalhães, sinta-se em sua casa e tenha certeza que a PM agradece a V. Exa. pelo muito que fez pela corporação.

Mas Senhor Presidente hoje ouvimos dois discursos diferentes: um foi o do meu amigo e companheiro, futuro Presidente do Tribunal de Conta, com o nosso aval, porque o Governador não vai impedir. O Deputado Polanco será mesmo o nosso Conselheiro. Quem vai indicá-lo será a Assembléia não será como o Governador quer. Ele não pode interferir aqui, onde somos nós quem mandamos. O Deputado Polanco fez um excelente discurso aqui, sobre o crescimento do nosso Estado, e o Deputado Fernando Melo também falou sobre o mesmo tema, mas de maneira diferente. Ele não criticou. Pelo contrário, ele enfatizou o que está sendo realizado em Senador Guiomard, Bujari e Manoel Urbano, mas não disse que tudo que ainda está por fazer é responsabilidade do Governo do Estado. Por isso, nós temos que criticar e debater.

Se não fosse essa pequena oposição que fazemos Deputado Tarcisio, essa questão da mídia, que nós denunciamos desde o inicio; a questão dos marmiteix superfaturados, e as condições das BRs não estariam sendo investigadas.

Então meus amigos e companheiros Deputados, nós temos que denunciar. Se for pelo progresso do Estado, vamos denunciar.

Eu assisti o relato do Joelmir Betting e fiquei com raiva dele, porque ele criticou a construção da BR e da ponte. Ele não pode comparar as nossas estradas com as do Sul do País. Ele deveria dizer que o Presidente precisa fazer as estradas daqui e as outras, e não criticar o desenvolvimento do nosso Estado e do Brasil, porque não é só o Estado do Acre que vai crescer. Um pouco da nossa produção na agricultura e pecuária nós vamos exportar.

Eu sempre critico que nós não temos incentivado o turismo aqui. Só temos turismo no Peru e na Bolívia. Então, que é importante a abertura dessa estrada. Então eu critico a atitude ao jornalista, e pergunto: quem é ele para falar contra algo importantíssimo para desenvolvimento do nosso Estado, de Rondônia, enfim para os Estados do Brasil.

Agora voltemos à questão dos aditivos Deputados Fernando Melo, o Deputado Luiz Calixto ficou com raiva da atitude do Assessor Aníbal Diniz que apenas entregou um documento a um repórter. O Deputado Juarez Leitão tinha cópias dele, mas não me deu nenhuma. Quando eu ouvi V. Exa. falar sobre isso Deputado Calixto, fiquei revoltado porque isso demonstra à desmoralização deste Poder. V. Exa. pediu para o Secretario vir aqui e ele não veio, fez ouvido de mercador. O Ministério Público acionou, e ele apenas mandou um documentozinho dizendo que não vai cumprir, porque é o que está dizendo aqui: que não vai suspender o contrato. Apenas vai fazer nova licitação. Disse que está tudo errado e que existem duas situações, o Ministério Público tem uma visão e o Estado tem outra. Agora pasmem, senhores, o Governo do Estado nunca fez uma consulta à Procuradoria sobre esses aditivos. Os Procuradores constataram que isso só foi feito dia 28 de julho, ou seja, depois que nós denunciamos. Esse foi um dos erros detectados. Isso é vergonhoso! Agora vem um secretariozinho mandar recado pelo companheiro Deputado Juarez para os Deputados.

Eu estou falando isso aqui porque é desmoralizante para o Poder. Esse documento não deveria ter sido entregue aqui. Foi uma afronta à Assembléia. Isso é molecagem e a Assembléia tem que se pronunciar a respeito.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ CALIXTO** (Líder do PDT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, minha querida Deputada,

num espaço desse tão pequeno, de dois minutos e meio, pouca coisa se pode acrescentar no que já foi dito, quanto a desmoralização deste Poder, a submissão a que ele está submetido.

Todavia, gostaria de fazer duas considerações aos pronunciamentos: todos nós queremos o desenvolvimento desse Estado, mas não se tem registro neste País, no mundo ou em qualquer cidade, que um Estado tenha se desenvolvido com corrupção.

O Deputado Polanco talvez tenha razão em dizer que trinta e cinco milhões é apenas um detalhe. Se compararmos um valor de trinta e cinco milhões com a roubalheira das estradas, como a própria revista Veja diz num de seus artigos, que descontado os roubos tradicionais que ocorrem nessas obras, a BR interoceânica ainda está sendo construída a um custo de oitocentos mil reais por quilômetro. E o Governo do PT, o Governo da Floresta constrói estradas a dois milhões e quatrocentos mil aqui perto do Rio Gregório, a pouco mais de quatrocentos quilômetros.

Na minha opinião existem duas correntes: uma que quer a apuração e a outra que quer acobertar.

O Senhor Aníbal Diniz não teve, sequer, a consideração de vir entregar o documento, mandou por um office-boy, que não ficou aqui para ouvir os nossos discursos. Acho que isso é uma desmoralização para este Poder, é uma humilhação para os Deputados que defendem este Governo. Acho que todos são honestos, no entanto são submetidos a verdadeiras situações vexatórias.

(Sem revisão do orador)

Ordem do Dia

(Não houve Matéria a ser apreciada).

Explicação Pessoal

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (Líder do PPS) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu pedi um aparte ao Deputado Fernando Melo, eu seria breve, mas ele não cedeu com toda a sua enrolação, mas isso faz parte aqui no Parlamento, fazer essa enrolação para não ceder aparte. Mas como ele é novo na Casa, primeiro mandato, ele vai aprender com o tempo, pois tenho certeza, que terá vários mandatos.

Era para falar a respeito das queimadas, Deputado Fernando Melo, V. Exa. que andou em vários municípios, percebeu que não são os colonos, os fazendeiros e os seringueiros que estão queimando. Eles não querem queimar, tanto isso é verdade que onde os seringueiros queriam queimar, o Deputado Polanco sabe disso, na estrada de seringa, hoje o fogo está entrando em todos os lugares, claro que por irresponsabilidades de pessoas que querem fazer maldades, que passam e atiram baganas de cigarros ou alguma coisa e está incendiando quase que todo nosso Estado.

Para vocês terem uma idéia eu estive agora esses dias em Plácido de Castro e na lateral dessa estrada incendiou todas as fazendas e colônias. Estive também numa invasão, onde as estradas de seringas estão queimando tudo e o que nós queremos aqui é pedir aos Deputados do PT, principalmente aqueles que integram a base do partido do Governo, que se reúnam com o IMAC, com o IBAMA, para que não deixem multar aquelas pessoas que estão correndo o risco de vida ao tentarem apagar o fogo, para não queimar suas casas, sua produção, seu gado.

Então, nós queremos aqui fazer esse apelo para V. Exa's. que conversem com o pessoal do IMAC, do IBAMA, que aceitem a sugestão do Deputado, que façamos uma Audiência Pública, que possamos trazer aqui; o IMAC, o IBAMA, porque a multa por hectare era um mil reais, hoje parece-me que passou a ser de cinco mil, como forma de amedrontar as pessoas que querem queimar alguma coisa.

Eu, por exemplo, estou sendo penalizado com as queimadas. Eu tenho uma pequena área aqui na estrada do Mutum, e veio não sei de onde o fogo entrou na área do meu vizinho, que é um produtor de leite e da área dele passou para a minha, e foi queimando, sapecando uns garrotes. Não tem como controlar! Porque no posto se você tiver um

trator de esteira ainda dá condições de atalhar, controlar, mas sem isso não controla. Deputado Nogueira Lima, V. Exa. sabe disso.

Nós queremos é que São Pedro mande umas chuvas para amenizar o problema. Mas o meu apelo maior, Deputado Nogueira Lima, é que nós conversemos com o pessoal do IMAC e do IBAMA. Eu estava assistindo televisão e mostraram um colono sendo multado a cinco mil o hectare, o colono não tem condições de pagar, ele não é culpado. Uma ou duas semanas atrás, um rapaz atirou nas costas de um primo meu legítimo, o rapaz quase morreu, porque entrou fogo na área do vizinho. O fogo entrou na área do meu primo, passou para a do vizinho que achou que o responsável era o meu primo. Eles vieram na Vila Campinas e disseram que o fogo tinha vindo da estrada, nem o aceiro da cerca evitou o fogo. Eles têm o seu gado, agora terão que levá-lo para outra propriedade, alugada, porque sua área está toda queimada e meu primo, ainda levou um tiro nas costas.

Nós fomos à Acrelândia registrar queixa, o rapaz saiu do flagrante, Deputado Nogueira Lima, se apresentou na delegacia e esta solto tranquilamente e o meu primo quase morreu, ficou na UTI mais de dois dias, e aí não podem prender o rapaz, pois é réu primário. E o meu primo e o pai dele estão com medo de ir na área. O rapaz está solto e descarregou trinta tiros de rifle no carro do meu primo que o pai dele vinha trazendo agora está lá na área amedrontando todo mundo e a polícia não pode prendê-lo. E tudo isso é por conta do fogo que está invadindo todas as nossas áreas, até na mata. Quem é que vai querer queimar mata virgem, isso não existe, nunca existiu aqui no Estado.

Deputado Nogueira Lima, quero o apoio de V. Exa para que nos possamos amenizar esses problemas, porque se queimar a sua área, o gado ficará sem a pastagem. Muitos estão queimando sua área, que iam fazer o roçado e ainda são multados em cinco, dez, quinze mil reais. Aí o colono vai acabar vindo para a cidade para acontecer o que acontece com aquelas pessoas que o Incra assenta e não dá condições nenhuma e eles acabam cedendo a sua terra para outros, e chegam aqui suas filhas, acabam se prostituindo, os filhos entram na marginalidade, passam a vender drogas e aí nós vemos o Incra “amarradinho”, “algemado”, sem fazer nada.

Quando o Deputado fala que nós temos que ter uma experiência de trabalho nas estradas, que vão vir técnicos para falar a respeito, eu quero estar junto Deputado Fernando Melo, porque nós temos que levar isso para dentro do Palácio, para dentro do Deracre, porque V. Exa falou, em cinco mil quilômetros de ramais e eu acho que tem bem mais. Mas se tiver só cinco, é bom demais, porque o Governo, Deputado Nogueira Lima, esses dias disse que recuperou quatro mil, se ele recuperou quatro mil quilômetros de ramais. Eu e V. Exa. recuperamos outros mil, com o nosso recurso próprio, porque aonde você anda não tem ramal nenhum recuperado, nós temos aqui os Municípios de Sena Madureira e Bujari que estão fazendo uma raspagem nos ramais. O Bujari, a área rural é muito pequena e a promessa do Governador para interligar Bujari com Porto Acre, com o “V”, até hoje não aconteceu. No inverno não se anda, não se trafega naquele ramal, mas nós vamos esperar, porque ainda não acabou o governo.

Eu lembra aqui, vendo o Governador Romildo Magalhães, da construção do ramal que ele fez ali no Mutum, onde eu tenho uma propriedade, ele fez 14 Km de asfalto. Hoje você pode ir lá e verificar, está quase infratilhável. E eu falo aqui quase todos dias. As pessoas já me chamam de Deputado do Mutum, Deputado do ramal, o Deputado Santiago tem uma área lá no ramal Nabor Júnior e foi feito também pelo Romildo Magalhães. E podem ir lá, que está infratilhável também. V. Exa. tem uma chácara no Quixadá e pagou para arrumar o atoleiro. E o papel de Deputado não é fazer ramal, pagar piçarra. Eu e as pessoas ali no meu ramal já tapamos os buracos umas quatro vezes, mas esse não é o nosso papel. Indicação não tenho mais a fazer, reivindicando melhorias nos ramais. Não tem mais como fazer, eu acho que a Mesa não vai mais nem receber, Deputado Nogueira Lima. E aí a gente vê o Incra dizer que vai

resolver todos os problemas e que junto com o Governo fariam mais e, hoje, estão totalmente juntos e não estão fazendo o que prometeram.

Nunca nos governos, desde que eu sou Deputado, desde 90. Eu nunca vi um Governo mandar bater em agricultores. E no ano passado, eles pegaram os moradores daqui do rizinho bateram, porque eles estavam fazendo um protesto reivindicatório de recuperação do seu ramal, para tirarem suas produções.

Deputado NOGUEIRA LIMA (PFL – EM APARTE) – Deputado Tarcísio, V. Ex^a falou uma coisa importante que a Assembléia Legislativa tem que ficar sabendo, Deputado Helder Paiva, assim como nos apresentou ainda há pouco um bocado de Indicação. Eu quando estava no primeiro mandato eu acho que quem ganhou de mim em Indicação foi a Deputada Naluh. E hoje se V. Ex^a faz um indicação é da Oposição os produtores estarão prejudicados porque não vai lá não, quando eu sou chamado eu já falo logo: “-Se eu fizer a Indicação vai ser pior para vocês”. Esta é a orientação que está tendo do Governo, se eu faço está ali como V. Ex^a citou aqui. Não tem outro ramal aqui de produção de hortifrutigranjeiro maior do que o Quixadá. Não tem. O ex-Governador que está aqui, Romildo Magalhães, foi ele quem asfaltou aquela estrada até o igarapé.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder PPS) – Obrigado Senhor Presidente. Nós fomos a Brasília semana passada e reunido com o meu Partido PPS e o PDT, onde estavam presentes o Governador Flávio Magi, de Mato Grosso, e o ex-Deputado e o nosso futuro Governador Márcio Bittar, fizemos um relato das condições aqui do Estado. E eu falava do preço do quilômetro de asfalto que o Governo do Estado fazia. Ele nem falou dois milhões e quatrocentos. Ele falou em um milhão e oitocentos. O assessor do Governador Blainon e a reunião estava lotada, disse: “isso é um roubo”, eu me espantei, “isso é um assalto”, aí o Governador Blainon pegou o microfone quando foi falar e disse: “Deputados Márcio Bittar, no meu Estado eu faço o quilômetro por 250 mil numa BR, porque a BR que entra no seu Estado é de responsabilidade dele e Governo Federal está fazendo a mesma BR, por 350 mil, “eu faço a 250 mil reais”. Pode ir lá”. Então, vamos dar todos os descontos, ai você imagina, aqui são 2 milhões e 400 mil, só são 2 milhões 150 mil a mais. Isso não é roubo, isso realmente é um assalto.

(Com revisão do orador)

Deputado NOGUEIRA LIMA (PFL) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, só para concluir o raciocínio do Deputado Tarcísio, gostaria de dizer que há seis anos eu comprei uma área de terra do ex-Deputado Carlos Simão e naquela época a estrada estava ótima, mas eu sempre alertava quanto aos buracos da mesma, pois temia que aquela estrada se acabasse, o que aconteceu, até ponte caiu. É uma calamidade, Deputado Tarcísio, os produtores estão trazendo produtos como cebola, tomate, maxixe, etc., na carroça, a cavalo, é uma tristeza.

O ônibus que vai para lá quebrou a barra de direção porque bateu num buraco. Enquanto isso estamos vendo os absurdos que o Governo do Estado está fazendo, como é o caso dos treze milhões de reais que serão empregados na construção de uma passarela que será a coisa mais linda do mundo, um cartão postal. Para isso esse Governo é bom, agora para discutir o desenvolvimento econômico do Estado, deixa muito a desejar. Ele não sabe nem o que estamos produzindo ou o que estamos fazendo para sair desde marasmo em que estamos. Tudo o que consumimos, Deputado Tarcísio, vem de fora. E o que é que o Governo está fazendo? Nada!

A Secretaria de Agricultura está parada, eu não sei o porquê. É hora de começar a plantar arroz, milho, nos roçados, porém se formos à Secretaria a procura de um quilo de arroz ou de milho, não tem. Não existe nenhum projeto deste Governo para o setor produtivo.

O Governo faz a maior propaganda, Deputado Tarcísio, por termos obtido o certificado de zona livre de aftosa. Agora o que está acontecendo dentro da Secretaria é um caso que tem que ser olhado com bastante atenção; os nossos veterinários estão indo embora, só este ano

já foram cinco. Eles não foram demitidos, pediram para ir embora porque não têm condição de trabalho, o salário está muito baixo. Estão indo para Rondônia. Cruzeiro do Sul perdeu dois veterinários, Feijó perdeu um e Brasiléia perdeu dois. E se acontecer, Deputado Tarcísio, casos de aftosa no Acre, como vai ficar a nossa economia? Temos que debater esses assuntos aqui, abrir os olhos da sociedade e do próprio Governo para que ele tenha consciência do que nós poderemos passar, logo agora que adquirimos o certificado para o nosso Estado.

Deputado TARCÍSIO MEDEIROS (Líder do PPS – EM APARTE) – Deputado, o Senhor tem razão, porque a exigência para que o Estado saísse da zona desconhecida para a zona livre, era que todos os municípios do Estado tivessem um veterinário contratado pela Secretaria, e não provisoriamente. V. Exa. sabe que quase todos os veterinários têm contratos provisórios, por isso eles estão indo embora. Não temos veterinários em número suficiente para atender as nossas necessidades. É isso que cobramos quando fazemos um pronunciamento numa reunião no Ministério da Agricultura. Defendi que a Secretaria e o Ministério da Agricultura fizessem um programa sério, para evitar que o Estado seja rebaixado. O preço da arroba do boi está baixo, é o menor do País, e se isso acontecer, irá acabar com a produção do setor que mais arrecada no estado, que é a pecuária. Mas nós estamos vendo a falta de compromisso que o Governo tem com a pecuária. Quando as pessoas falam que está sendo feito isso e aquilo, não é verdade, nós não temos o suporte necessário para a fiscalização no Estado do Acre. V. Exa. conhece aquele posto policial localizado no entroncamento das estradas, de Plácido de Castro e Xapuri, onde é feita a fiscalização do animal pela Secretaria de Agricultura, sabe que lá existe apenas uma Kombi velha, onde os fiscais dormem. Querem tapar o sol com a peneira. Isso nós não vamos admitir. Vamos continuar denunciando.

Deputado NOGUEIRA LIMA (PFL) – Isso que estamos falando aqui V. Exa. já falou no passado que é quanto a falta de fiscalização pelos veterinários, que são as pessoas credenciadas para fazer isso, e que põe em risco a nossa certificação.

Queria me reportar hoje, ao dia 7 de setembro, onde vimos a nossa população prestigiando os desfiles e vimos também universitários e professores sendo proibidos de fazer um protesto pacífico, pessoas altamente capacitadas que foram impedidas de se manifestarem. Eu que sou policial militar, vivenciei várias situações como essa. No dia 7 de setembro o PT fazia suas manifestações e nós policiais militares deixávamos que fizessem, apenas pedíamos que esperassem o exército e as escolas desfilarem. Eu tenho companheiros que eram comandantes naquela época. Este ano, os professores chegaram lá e pediam para realizar a manifestação, e o policial, coerentemente, foi perguntar ao comandante da Polícia Militar, qual era a ordem; e a ordem era não deixar passar. Mas, por quê? Porque não. E aconteceu o que aconteceu. Nós cumprimos a ordem superior. Nós somos formados para isso.

O soldado que estava lá cumpria ordem superior. Mas a ordem era do Governador, porque quem estava lá, impedindo os professores era o Comandante da Polícia Militar, o Coronel Célio, que estava cumprindo ordens do Governador. Está tudo gravado, era ele que estava lá no movimento. Então eu pergunto onde está a formação oficial que ele teve? Agora dar uma desculpa esfarrapada, inclusive criticada pela Imprensa, de que aquelas bandeirinhas que os manifestantes levaram poderia prejudicar todo o desfile. Não se admite um Comandante falar uma excrescência dessa. Mas quando eu pedi ao Governador Jorge Viana para não promover esse cidadão, eu ainda fui criticado pela Corporação e pelo Governo.

Os três que estão no comando da corporação são incompetentes, Comandante, sub-Comandante e chefe do Gabinete Militar, por isso aconteceu o que aconteceu e não podemos criticar os nossos soldados, eles estavam lá cumprindo ordem do Governador e do comandante da Polícia Militar. Então os responsáveis têm que assumir e ser penalizados

(Sem revisão do orador)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E REDAÇÃO

Presidente: Edvaldo Magalhães

Vice-Presidente: Delorgem Campos

Titulares: Fernando Melo, Hélio Lopes, Luiz Gonzaga.

Suplentes: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Dinha Carvalho, José Luís, Helder Paiva.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Helder Paiva

Vice-Presidente: Francisco Viga

Titulares: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, José Bestene, Delorgem Campos, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Pe. Valmir Figueiredo

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Nogueira Lima, Francisco Viga, Helder Paiva.

Suplentes: Fernando Melo, Edvaldo Magalhães, Tarcísio Medeiros, José Luís, Luiz Gonzaga.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Juarez Leitão

Vice-Presidente: José Vieira

Titulares: Dinha Carvalho, Roberto Filho, José Bestene.

Suplentes: Hélio Lopes, Naluh Gouveia, Luiz Calixto, Nogueira Lima, Tarcísio Medeiros.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: José Luís

Vice-Presidente: Roberto Filho

Titulares: Fernando Melo, Tarcísio Medeiros, Chagas Romão.

Suplentes: Juarez Leitão, Edvaldo Magalhães, José Bestene, Nogueira Lima, Antonia Sales.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO, SAÚDE PÚBLICA, LEGISLAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Luiz Gonzaga

Titulares: Edvaldo Magalhães, José Luís, Antonia Sales.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Francisco Viga, Helder Paiva, Chagas Romão.

Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Naluh Gouveia

Vice-Presidente: Dinha Carvalho

Titulares: Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Luiz Calixto.

Suplentes: Pe. Valmir Figueiredo, Elson Santiago, Antonia Sales, Nogueira Lima, Hélio Lopes.

Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Antonia Sales

Vice-Presidente: Elson Santiago

Titulares: Fernando Melo, José Bestene, José Vieira.

Suplentes: Naluh Gouveia, Edvaldo Magalhães, Chagas Romão, Nogueira Lima, Luiz Calixto.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Nogueira Lima

Vice-Presidente: Hélio Lopes

Titulares: Naluh Gouveia, Elson Santiago, Tarcísio Medeiros.

Suplentes: Juarez Leitão, Dinha Carvalho, José Vieira, Roberto Filho, Francisco Viga.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Supervisão Geral:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Secretário Executivo

Editado pela:

Subsecretaria de Publicidades

Diretor Responsável:

Carlos Augusto Coêlho de Farias

Inscrição DRT/AC/N. 03/97

Coordenadora de Redação e Revisão de Atas:

Maria Aparecida Jardim Rodrigues

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
 Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
 Endereço: Av. Ceará - 3.335.